



# PERSPECTIVA HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

**Paulo Zingg**

## BIBLIOGRAFIA

"Hoje temos pela frente um desafio herdado de 1789: a conciliação da liberdade com a ascensão social, a consagração de direitos nos códigos com a possibilidade da manutenção e da aplicação desse direito."

O acerto da citação, feita pelo autor no decurso do seu trabalho, pode ser avaliado pelo leitor neste artigo, no qual será conduzido a percorrer os diferentes passos da Revolução Francesa e de sua irradiação pelo mundo.

Todos nós sabemos, às vésperas do seu bicentenário, o que a Revolução Francesa significou, em termos de movimentação da história. Antes dela, impulsionados pela mesma filosofia, houve dois acontecimentos que podem ser considerados idênticos na sua inspiração e na sua projeção: A Revolução Inglesa de 1688 e

a Independência Norte-Americana em 1776.

No século XVIII, a França era a nação mais povoada da Europa, com vinte e seis milhões de habitantes, e também a mais rica: era o Estado Nacional mais organizado pela monarquia e encontrava-se num processo de transformação social que, repentinamente, che-

gou a um ponto de estrangulamento. Prevalecia o velho Estado feudal, com os seus direitos pesando sobre os servos da gleba, a corvéia, a gabela e outros impostos, enquanto as cidades cresciam e o comércio se desenvolvia. Entretanto, a parcela mais dinâmica da nação não comandava o Estado.

É claro que houve alguns reis inteligentes, como Henrique IV e depois o próprio Luís XIV que, na sua megalomania, precisava encontrar meios de obter dinheiro; para isso mandou construir Versailles e ordenou que todos os nobres se mudassem para lá, enquanto mandava os seus intendentes cobrarem impostos nas províncias. Mas, repentinamente, o divórcio entre o Estado monárquico, centralizado em Versailles e a nação, que tinha em Paris o seu centro irradiante, tornou-se inevitável. Uma crise financeira, seguida de escândalos, como a falência da Companhia das Índias e depois o colapso financeiro que determinou a saída de Necker, abalaram profundamente a Monarquia, num momento em que o rei Luís XVI não tinha mais condições pessoais de dirigir o país.

O impasse tornou-se muito sério e optou-se – a história é sempre idêntica – pela convocação dos Estados Gerais, que reunia as três ordens clássicas da Monarquia: a nobreza, o cle-

ro e o chamado Terceiro Estado, constituído pelos representantes dos comerciantes, dos profissionais liberais e dos industriais incipientes da época, e que contava com o dobro da representação dos outros dois grupos.

Uma vez instalados em Versailles, o rei achou que aí estava a saída: reuniu-se a Assembléia, que iria deliberar... e todos ficaram à espera.

A princípio pretendia-se que a nobreza e o clero deliberassem em separado e o Terceiro Estado o fizesse sozinho.

Ora, mal fora definido o impasse, e o equilíbrio dessas forças já oscilava: sob as influências das idéias da Encyclopédia e da herança de Rousseau e de Voltaire, parte da nobreza uniu-se ao Terceiro Estado e também o clero pobre. E aí vem a afirmação revolucionária! É a voz de Mirabeau afirmando: "Somos os representantes da nação, não nos separamos antes de dar à França uma Constituição."

O episódio da Tomada da Bastilha pela população de Paris dá início ao processo revolucionário. O que havia realmente ocorrido em Paris? Apenas uma pequena sedição, que o rei não teve coragem de enfrentar e reprimir com as tropas estrangeiras à sua disposição. O rei era tímido, além de outras qualidades que a história consagrou. Mandou apenas guardas franceses. Os soldados franceses con-

fraternizaram com a população, e a Bastilha foi tomada. E naquela noite o rei, comentando o episódio, disse: – “Uma revolta!”

– “Não! Uma revolução! Vossa Majestade não avalia a significação do que ocorreu.”

Aí se estabelece algo que permanece em toda a história política francesa: a simbologia de Paris – a capital da Revolução – e de Versailles – o reduto da velha nobreza.

Essa revolução desdobra-se em três fases: a Assembléia Constituinte, que começamos a abordar; a Assembléia Legislativa e, por fim, a Convenção.

O que faz a Assembléia Constituinte? Ela age depressa: na noite de 10 de agosto proclama a abolição dos direitos feudais e, quando perguntam ao Arcebispo de onde o governo deveria tirar dinheiro para arcar com aquelas transformações, ele sugere o confisco dos bens da Igreja. Depois vem o confisco dos bens da nobreza. Isso transforma a França. O país torna-se uma nação agrícola de pequenos proprietários, que compram os bens nacionais. Nessa hora, todo mundo “tira o dinheiro do colchão” e compra as terras da Igreja e da nobreza.

Estava consumada a liquidação do feudalismo, o que acarreta fatalmente o conflito armado com a Europa.

Quando termina a Assem-

bléia Constituinte, ao votar a Constituição – uma Constituição monárquica num estilo britânico – convocam-se novas eleições e surge uma proposta radicalíssima: o deputado Robespierre propõe que nenhum dos membros da Assembléia seja elegível para a próxima Assembléia Legislativa, levando à renovação do Corpo de Representantes da Nação.

A Assembléia Legislativa que a sucede enfrenta de imediato problemas muito sérios: ameaça externa, dificuldades econômicas. A hostilidade com a Inglaterra liquida, praticamente, o comércio exterior da França.

Ainda sob o governo do rei Luís XVI, as potências européias resolveram invadir a França, para restabelecer a autoridade real. É nesse período, entre 1792 e 1793, que, transpostas as fronteiras francesas e diante da deserção da maioria dos oficiais nobres, os batalhões de voluntários enfrentam a situação: travasse então a batalha que foi uma renovação dos métodos guerreiros da época: a Batalha de Valmy, no dia 20 de setembro de 1792.

O exército prussiano, que era considerado o melhor da Europa, encontra pela frente batalhões de voluntários parisienses, tratados com o maior desprezo, supondo-se que seriam varridos a metralha imediatamente; mas

dá-se o contrário: animados por um *élan* extraordinário, os soldados recrutados, os chamados *sans-culottes*, vencem a contenida sob o comando do general Kellermann e os prussianos são batidos... E Göethe, o grande Göethe, que acompanha a batalha ao lado do rei da Prússia, profere uma sentença que entra pelo século adentro: "No dia de hoje altera-se a história do mundo."

Entretanto, dentro da França, as experiências políticas não funcionam bem, a radicalização ganha terreno, e chegamos à terceira fase da Revolução, que é a Convenção.

A Convenção já é eleita pelo sufrágio direto e não mais pelo sufrágio censitário. Ela traz em si uma força popular incoercível e ali se definem as tendências modernas da política: à direita, os partidários da Monarquia e da Igreja; ao alto, à esquerda, os partidários da República, os jacobinos, os montanheses; ao meio, aquilo que os franceses chamariam de *Le marais*, o que, para nós, seria algo como "o muro", lugar daqueles que estão sempre na expectativa do que vai acontecer, antes de se definirem.

A Convenção tem que enfrentar guerra generalizada, novos generais desertam, inclusive o famoso Lafayette; Dumouriez faz o mesmo, e a França é atacada por todos os lados: pelos

Pirineus, pelos Alpes, pela Suíça, pelo Reno, pela Bélgica. E aí começa a transformação do país. Lentamente, a classe política, como diria Mathiez, perde a força, e os militares começam a ganhar as batalhas. São os pseudomilitares, militares improvisados, generais de vinte e cinco, vinte e seis anos, que tomam a Bélgica, invadem a Renânia, tomam Coblença, que era o grande refúgio da aristocracia; depois entram na Itália, chegam a tomar Roma e Nápoles... Os exércitos vencem! Poderíamos lembrar as páginas imortais de Michelet...

Na noite de Valmy, aquele exército de artesãos, de alfaiares, de fabricantes de sabão, estava animado de uma fé profunda, e já era o exército da República, proclamada no dia seguinte, em Paris.

Proclamada a República, o rei vai para a guilhotina, instaura-se o famoso regime do Terror, que tem passagens engracadas: a antiga amante de Luís XV, a célebre Madame Du Barry, é presa, aos oitenta anos de idade e, como era uma marquesa, é condenada à guilhotina. E lá vai o carroço, levando, entre outros, Madame Du Barry para a guilhotina, com a claque atrás: – "Morte à Du Barry, morte à Du Barry."

Então um menino pergunta para sua mãe: – "Mamãe, quem é essa Du Barry, de quem eu

nunca ouvi falar?" "É uma religiosa, é uma abadessa..."

Mas o Terror, que teria consumido umas quarenta mil vítimas, iria desembocar em quê? No cansaço generalizado, no golpe de Termidor. Robespierre diria: "— Se nós não punirmos a corrupção de Danton, a República estará perdida."

O fato é que, a esta altura, nem esta punição poderá salvá-la. Ela está irremediavelmente perdida. O golpe de Termidor, pondo fim ao Comitê de Salvação Pública, significa a liquidação da sua fase mais aguda, com o aparente extermínio dos radicais e a chegada ao poder dos seus beneficiários, com o Diretório.

A Revolução tinha enriquecido muita gente, na compra de bens nacionais, no fornecimento para os exércitos, no contrabando das mercadorias coloniais; já havia uma nova casta de aproveitadores, daqueles que surgem em todos os momentos históricos e que sabem, realmente, utilizar bem as circunstâncias.

Com o Diretório, tenta-se um apaziguamento. Os elementos monárquicos começam a se manifestar; porém, a situação evolui, a guerra não pode ser detida, os reis estão unidos contra a República Francesa; não transigem, e a Igreja mobiliza as consciências contra a França revolucionária. Não há conciliação.

A guerra, pois, continua. No seu decorrer é que a Revolução começa a adquirir uma perspectiva universal, porque os soldados da República ocupam a Bélgica, confiscam os bens da velha nobreza de origem espanhola e austriaca, depois invadem a Renânia, onde fazem o mesmo; um dia, descem para a Itália e a transformam — a unidade italiana, consagrada em 1870, é um produto da Revolução Francesa. A Suíça se modifica.

Observa-se, então, aquilo que Napoleão depois consideraria a grande desgraça do século: a Inglaterra, de instituições liberais, ideologicamente afinada com os franceses, chocava-se violentamente com a França, rivalizando pela hegemonia mundial, porque nos séculos XVI, XVII e XVIII franceses e ingleses haviam disputado o domínio do mundo. Lutaram no Pacífico, nas Malvinas, nas Antilhas, no Canadá e na Índia... e mesmo a independência norte-americana fora sustentada pela França, em função dessa rivalidade.

Mas a verdade é que a Inglaterra, que já fizera a sua Revolução Industrial, que dominara os mercados do mundo, não queria ver nascer na Europa uma potência industrial que pudesse lhe fazer sombra; e se nós pegássemos hoje um tratado, um almanaque da indústria francesa, verificaríamos que

quase toda ela surge na época da Revolução. É uma rivalidade econômica que desperta e que anima uma guerra implacável, que se estende de 1792 a 1815.

Nesse período, então, os soldados da República invadem a Europa, fundam a República Bátava, anexam a Bélgica, fundam a República Cisalpina, a República Transalpina, a República Romana, a República Paterno-peana em Nápoles, consolidam a República Suíça e, onde esses soldados avançam, avançam também as idéias da Encyclopédia e as idéias modernas da época, de abolição do feudalismo e instauração de uma nova ordem.

Se nos perguntassem, hoje, por que, no quadro da Espanha, a Catalunha se destaca, responderíamos que é porque sofreu as reformas da Revolução Francesa, que o resto da Espanha não sofreu. Por que o norte da Itália difere tanto do sul? Porque foi remodelado naquela época. Por que a Alemanha Ocidental – cujos limites, hoje, são os limites da Confederação do Reno, de Napoleão, na época – difere tanto da Prússia propriamente dita, que é hoje a Alemanha soviética? Pelas reformas introduzidas pelas baionetas revolucionárias francesas. A revolução ganha, pois, um impulso extraordinário, ela se universaliza. Os liberais europeus cerram fileiras.

Mas há na França uma grande transformação, o governo das Assembléias não se sustenta, não é possível governar sem um apoio real; essa força de apoio real passa a ser o exército vencedor. Desembocamos, assim, no Décoto Brumário.

Os teóricos da esquerda, em geral, consideram a ascensão do general Bonaparte como o fim da Revolução. Não é. É a consolidação da Revolução, que se faz através do Código Civil, que firma todas as suas conquistas na instituição de uma administração renovada, moderna e, sobretudo, no fomento da economia.

A economia se desenvolve, a indústria francesa ganha alento e aceita também toda contribuição. Quando o norte-americano Fulton inventa a máquina a vapor, ele vai oferecer-lhe a Napoleão, mas a experiência feita num barco, no Sena, fracassa, e Napoleão considera-o um impostor. Os alemães, por sua vez, fornecem-lhe a indústria da beterraba, para a produção do açúcar na Europa, acabando com a dependência do açúcar colonial.

E quando se estabelece o bloqueio continental, então se torna nítida a guerra dos mercados. De um lado, a Inglaterra querendo forçar a mão para desembarcar as suas manufaturas na Europa; de outro lado, o em-

penho francês em fechar os portos, para beneficiar as suas manufaturas, que não eram unicamente francesas, mas também alemãs e italianas.

Nesse conjunto, temos a projeção universal e ideológica da Revolução. Entretanto, o que mais nos interessa é o aspecto ibérico, que se aproxima do Brasil. Quando, em 1808, Napoleão ordena a invasão da Espanha, o historiador Lucas Du Breton, num estudo curioso, diz que os soldados franceses ficaram estarrecidos ao transpor os Pireneus: parecia que recuavam no tempo quatro ou cinco séculos; não havia cemitérios civis, o solo das igrejas afundava e as ossadas apareciam, a população era totalmente embrutecida, não havia convivência social... Foi a mais difícil das campanhas!

Mas o que ela provocou?

Com os franceses em Madrid e em Lisboa, com os Bourbons espanhóis depostos e com D. João VI no Brasil, instalaram-se as juntas de governo, aparentemente leais ao rei da Espanha, mas, na realidade, gênese dos governos da Independência. Conseqüentemente, é a Revolução Francesa, na sua projeção no período de 1808 a 1812, que provoca a independência latino-americana.

Mas aqui no Brasil estávamos também animados pelas mesmas idéias. Quando os franceses tomaram a Bastilha, Tira-

dentes já estava preso, e o Visconde de Barbacena, que governava em Ouro Preto, deu uma ordem interessantíssima, quando soube da conjuração: — "Apreendam primeiro os livros, depois os homens." Isto porque o cônego Luís Vieira possuía uma biblioteca de livros franceses, que ele traduzira, que eram divulgados entre militares, intelectuais e clérigos, com os princípios "nefandos", segundo o governo colonial.

A Inconfidência Mineira, de 1789, foi coincidente com a própria Revolução Francesa, porque ela era animada pelo exemplo da Independência Norte-Americana; e foi na França que se gestou a conspiração: quando o estudante mineiro José Alvarés Maciel, que estudava medicina em Montpellier, dirigiu-se ao embaixador da República Norte-Americana, Thomas Jefferson, tendo tido com ele um encontro nas ruínas romanas de Nîmes. Isso não apareceu na devassa da Inconfidência, mas apareceu posteriormente nos papéis de Jefferson. Como a Independência dos Estados Unidos da América tinha sido animada pelos mesmos ideais e nela haviam combatido soldados franceses, não foi difícil estabelecer a conjunção dos dois movimentos.

Mas D. João, no Brasil, é obrigado a revogar o regime colonial: abre os portos, embora

a família real ficasse por aqui. Toma-se o partido da Inglaterra, porque, quando os franceses saem de Lisboa, os ingleses estabelecem o governo militar britânico em Portugal – que durou muitos e muitos anos – e o general Beresford passa a ser o verdadeiro rei de Portugal.

Mas, mesmo em Portugal, a Revolução tinha seus partidários: o brasileiro Hipólito José da Costa – que deveria fundar, em Londres, o *Correio Brasiliense*, o jornal que criou a mentalidade da Independência, estava preso em Lisboa pela Inquisição, e fugiu, com a proteção dos franceses. No Porto, os franceses tiveram uma acolhida muito grande. Portugal sempre foi um país dividido entre as tendências situacionistas de Lisboa e as tendências liberais do Porto.

Mas toda a América entra em convulsão, sob a influência da Revolução Francesa. Quem é Bolívar? Um admirador de Napoleão, que teve com ele vários encontros. Quem foi Itúrbide, proclamado imperador do México? Um militar apaixonado por Napoleão. O nosso D. Pedro I não largava o general Hohen-dorp, ajudante de ordens de Napoleão, refugiado no Brasil.

Aqui cabe uma retificação da História, que não figura em muitas obras: se analisarmos toda a história da Revolução Francesa – a obra de Thiers, a

de Mathiez, a de Duby, a de Le-fevbre, encontraremos, muitas vezes, a contradição entre a República e o Império, entre os grandes oradores da Revolução e os militares de Napoleão. E essa contradição, historicamente, não existe!

É curioso. Quando Napoleão é proclamado imperador, qual é o seu juramento? – “Juro manter as Leis da República e os Bens Nacionais.” Jura, portanto, manter a principal reforma, que tinha sido a Reforma Fundiária. Segundo um famoso escritor francês, de direita, Napoleão era o “Imperador da República, porque as instituições do Império eram as instituições revolucionárias, e, quando ele voltou de Elba, Metternich disse: ‘Agora ele é perigoso, porque é Robespierre a cavalo, e é preciso impedir que ele se une aos jacobinos.’ Realmente, nesse conjunto, para os outros povos, as coisas são inseparáveis.

Na Itália, Napoleão cria a República Italiana, da qual é proclamado presidente. A bandeira italiana de hoje é a bandeira revolucionária, nos mesmos moldes da bandeira francesa. Napoleão enfrentou o Papa, anexou Roma ao território do Império e restaurou os monumentos da Roma antiga; tudo que Roma apresenta hoje, como ruínas do Império, foi restaurado por ele; desentulhou o Coliseu,

restaurou o Arco de Constantino e a Via Ápia.

Quando chega à Espanha, onde há forte reação de uma população controlada pelo clero, as coisas são mais violentas, mais tipicamente espanholas. Napoleão recebe uma delegação de liberais espanhóis e pergunta-lhes: — “O que vocês desejam?” Ao que responderam: — “Nós queremos um regime constitucional baseado no Código Civil da França, com as liberdades civis.” Ele disse então: — “Eu darei isso a vocês”, e os espanhóis disseram: — “Não podemos aceitar isso das mãos de um estrangeiro.”

Esses liberais espanhóis, que se recusaram a colaborar, foram depois fuzilados pelo rei Fernando.

Voltando ao nosso continente, a principal consequência da Revolução Francesa é a emancipação da América Latina, inclusive a Independência Brasileira. Em 1798, a política portuguesa descobre a chamada Inconfidência Baiana, ou Revolta dos Alfaiates, apreende seus documentos e prende seus líderes, antes que ela ecloda. O que diz o Manifesto da Revolta dos Alfaiates? — “Queremos ser franceses” — no sentido romano, de um país livre — e a bandeira da Bahia, hoje, é a bandeira tricolor francesa, feita nessa ocasião, desfraldada depois pela famosa Sabinada.

José Bonifácio esteve na França, no período da Revolução, exatamente na fase da Convenção — dizem até que deixou uma família por lá... Ele aprendeu profundamente o processo revolucionário; depois lutou, em Portugal, contra os franceses, vindo para o Brasil aposentado. Graças a ele ser um homem muito acima da média, conseguimos realizar uma independência mantendo a unidade, num processo de conciliação — o Brasil é o país das conciliações — pois José Bonifácio era um homem entranhado no conhecimento do discurso revolucionário.

Realmente, a Revolução não termina aí. Ela é um processo que segue, pelos séculos afora. Em 1814, as forças aliadas contra a França ocupam Paris. Napoleão é deposto e exilado na Ilha de Elba. Voltam os Bourbons que, segundo a expressão histórica, “nada aprenderam e nada esqueceram”.

Oito meses depois, Napoleão volta e é aquela marcha triunfal dos Cem Dias. Quando ele chega a Paris, uma tremenda multidão o acolhe, já com os bairros pobres armados para recebê-lo. Sua figura muda completamente. Há até uma anedota histórica, ilustrando o momento. Dizem que Napoleão perguntou a Fouché: — “É verdade que quando o rei Luís XVIII chegou a Paris foi saudado das sacadas

por senhoras e senhoritas, que agitavam lenços de seda?"

— "Sim, é verdade."

— "E como não vi nada igual, na minha volta de Elba, em cidade nenhuma?"

— "É que os partidários de Vossa Majestade ainda não usam lenços..."

Era realmente a sua base popular. Restaura-se a Monarquia, em 1815, e a França não sossega mais. Essa monarquia dos Bourbons é deposta em 1830; é a segunda Revolução Francesa. O governo de Luís Felipe afunda na corrupção e no marasmo e ele é deposto. Em 1848, é a terceira Revolução Francesa e, pela primeira vez depois de 1815, a França vota para eleger um presidente da República. E quem é eleito? O sobrinho de Napoleão, com cinco milhões de votos. O Império é restaurado. O ciclo revolucionário se prolonga, como deverá se prolongar em toda a Espanha e em toda a América Latina.

Na Espanha, os liberais enfrentam a autocracia na Revolução de 1823. Fazem, tardeamente, o que deveriam ter feito antes. Na Itália começa a luta pela unidade. Em Portugal, quem fez as reformas contra a própria monarquia dos Braganças? É o nosso Pedro I que volta, que havia sido meio autocrata no Brasil mas que, em Portugal, passa a ser um liberal. Esta

semente revolucionária germinou por toda parte.

O Egito moderno é uma consequência da ocupação francesa de 1798. Também a Itália, a Grécia, a Polônia emancipada por Napoleão, depois de três partilhas; sobretudo é curiosa a permanente aliança entre Napoleão e os Estados Unidos, que é um episódio não explorado. Ele vendeu a Luisiana, cuja capital é Nova Orleans e que ocupava todo o vale do Mississippi — o antigo território francês corresponde hoje a dezesseis estados americanos — desde Saint Louis até os Lagos. Vejam a nomenclatura das cidades: é inteiramente francesa.

Isso se deu em 1800. Indagado sobre a razão que o motivava, Napoleão apresentou quatro motivos: "Primeiro, eu a vendo porque não tenho meios para defendê-la, militarmente, contra os ingleses; segundo, porque estou precisando de dinheiro para enfrentar a guerra na Europa; terceiro, porque sou inimigo do colonialismo; e quarto, porque, entregando-a aos Estados Unidos, eu estou criando uma potência que, mais dia menos dia superará a Inglaterra." (Previsão do ano de 1800!)

O bloqueio da França é então enfrentado pelos navios americanos e, no mesmo dia em que os franceses entram em Moscou, os ingleses incendeiam Washington. Desencadeia-se a

famosa Guerra dos Lagos, entre os ingleses e americanos. Os ingleses tentam tomar Nova Orleans e são derrotados pelos americanos, com a colaboração de militares franceses.

Quando Napoleão abdica, pela segunda vez, os Estados Unidos lhe oferecem asilo, e no Texas é formado um exército que deveria ir a Santa Helena para libertá-lo, que chegou até a estabelecer uma base em Recife. Há uma verdadeira simbiose entre a jovem nação americana, que iniciava o seu desenvolvimento, e a França revolucionária, que luta contra o domínio britânico daquela época, sobre tudo o domínio dos mares, que perduraria por todo o século.

A Inglaterra tinha como norma política fundamental impedir o domínio da Europa por uma potência. Precisava, portanto, manter sempre a Europa dividida. Combateu a França, enquanto esta a ameaçava; depois uniu-se a ela contra a Alemanha, quando esta quis ameaçá-la.

Ao analisarmos, hoje, a Revolução Francesa, do ponto de vista histórico da sua projeção, estabelecemos, evidentemente, uma diferenciação entre a democracia sonhada por Rousseau e pelos encyclopedistas, que achavam que a democracia era, apenas, um processo eleitoral dos cidadãos cultos, habitantes das cidades, refúgios da cultura

e da riqueza, na época; e que esses cidadãos poderiam ter o direito de eleger o governo de seu país e o fariam com grande clarividência. Mas a idéia revolucionária evoluiu; nós assistimos, durante todo o século passado e neste, à ampliação do direito de sufrágio – atingimos uma democracia de massas (no Brasil vão votar, na próxima eleição, oitenta milhões de pessoas). Essa democracia de massas não pode se contentar, dentro do processo social, com o simples exercício do voto. Sejam quais forem as consequências, ela tem que caminhar para um novo conceito: o de que a democracia objetiva o político, o econômico e o social, porque os que exercem o sufrágio têm o direito de exigir, também, o bem-estar e outros benefícios da civilização.

Hoje nós temos pela frente um desafio, herdado de 1789: a conciliação da liberdade com a ascensão social, a consagração de direitos nos códigos com a possibilidade da manutenção e da aplicação desses direitos. Por exemplo: o Brasil se torna independente em 1822, dominado pelas idéias liberais da Constituinte, que é dissolvida por D. Pedro. Mas como aplicar, àquela época, idéias liberais num país com a maioria da população escrava? Não era possível, teria que haver uma virada total na situação: os escravos

não estavam em condições de assumir o poder, nem se entendiam entre si, pois falavam idiomas diversos e eram de origens diversas, além de estarem esparramados pelo país. Então, aquela democracia sonhada e consagrada nos códigos e na própria Constituição do Império não foi levada a sério, assim como o direito de sufrágio da nossa velha República nunca foi praticado; dizem que no Brasil, quando introduziram o voto secreto, um eleitor apresentou-se numa seção eleitoral, onde lhe deram um envelope fechado. Ele disse:

“– Mas como? envelope fechado para mim, um eleitor? E o voto secreto?”

– “É secreto, o eleitor não sabe em quem votar...”

Creio que neste esboço sentimos a perspectiva histórica de um grande acontecimento que se abre para o mundo com uma grande significação e com um horizonte imenso, que pode ser detalhado em mil episódios. Quando Napoleão chega a Moscou, qual é o seu primeiro decreto? É a abolição da servidão na Rússia, da escravidão branca. Não foi aplicado, pois se o tivesse sido, a evolução política russa teria tomado rumos diferentes...

Fora isso, em Santa Helena, ele meditava sobre seu destino e dizia, acima de tudo, que era o soldado da Revolução; os erros que havia cometido tinham sido os erros de conciliação com as monarquias européias, perdendo tempo e perdendo, assim, a própria dinâmica da História.

---

**PAULO ZINGG** – Jornalista, escritor, educador, homem público. Foi redator dos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. Autor de milhares de artigos sobre história, literatura e política. Autor de numerosos livros, entre os quais *A Europa em Guerra*, *As Batalhas da guerra política* e *Formação Política Brasileira* e de várias traduções. Teve grande atuação na vida política do país. Foi presidente do Conselho do Projeto Rondon, presidente da Fundação do Livro Escolar, diretor do Departamento de Educação da Prefeitura, diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, superintendente de Paulistur e secretário da Educação e Cultura entre 1969/1971 e novamente secretário municipal da Educação de 1986 a 1988. É presidente, pela sexta vez, da Associação Paulista de Imprensa. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, à Academia Paulista de Educação, à Academia Cristã de Letras, à Academia Brasileira de História, à Academia Cristã de Letras, à Academia Paulista de Jornalismo, à Academia de Letras da Grande São Paulo e outras instituições culturais. Possui várias condecorações nacionais e estrangeiras. É assinante de A Defesa Nacional.

---